MARIA TERESA PIMENTA

CRITÉRIOS EM CONFRONTO

A PROPÓSITO DE JOSÉ AGUSTO FRANÇA

em

O ANO X – LISBOA 1936 ESTUDOS DE FACTOS SOCIOCULTURAIS

(ED. PRESENÇA, 2010)

CRITÉRIOS EM CONFRONTO

«El hombre sabe muchas cosas, pero no de modo suficiente; con frecuencia no toma posesión de lo que sabe, renuncia a ello, vive por debajo de si mismo. Con demasiada facilidad acepta lo que «se dice» y renuncia a su propia evidencia. Esto es lo que hace posible la pavorosa manipulación de que somos testigos».

Julián Marías, in "Pensar y Escribir", ABC, 24/12/1998.

Precisamente para livrar os possíveis incautos leitores de José Augusto França do seu recém aparecido livro *O ANO X – LISBOA 1936*, ed. Presença, 2010, torna-se necessário confrontar o critério de José Augusto França (JAF) quando, ao querer demonstrar a má qualidade da reforma educativa levada a cabo pelo Estado Novo a partir de 1936, recorre a um panfleto (ed. de Autor, 1934) que visava os *ELEMENTOS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1934, de Alfredo Pimenta aprovado em concurso público para livro único destinado ao ensino da História no curso dos Liceus (1934 a 1937). Este confronto far-se-á com várias críticas responsáveis feitas não apenas à época das suas edições, como posteriormente. Com efeito, os *Elementos* não deixam de ser citados em termos das correntes que compõem a nossa historiografia pelas suas características temporais e científicas e porque fazem parte da obra que situa Alfredo Pimenta na nossa cultura.

Entre os comentários que este compêndio provocou pela inovação pedagógica que o caracterizava e também pela personalidade controversa do seu autor que, no saber e na politica, tomava posições radicais, irritantes para uns e entusiasmantes para outros, J.A.F vai buscar uma diatribe subscrita por um jornalista a que paternalmente identifica como tendo publicado «uma obra honesta de 2º mão» cujo título, Rússia Bolchevique, não era certamente muito feliz mas que se justificava como isco comercial e que era formado por «capítulos alinhados por ordem alfabética apresentando embora estranhos desequilíbrios históricos concedendo dez páginas a Kerensky, quatro a Lenine, menos de uma a Trotsky e nove finalmente a Estaline (...)» (op.cit, cap. 5º, p.99). E este trabalho – louvor para o autor –, continua JAF fora escrito sem que soubesse uma palavra de russo, ou alguma vez tivesse pisado o solo russo e era uma compilação da informação internacional de que pudera dispor (!!!). Alcançara, compraz-se JAF, um grande sucesso editorial que obviamente «traduzia a curiosidade viva de um público que procurava atravessar malhas de censura imediata (...)». Para comprovar a excelência desta obra, JAF indica o número de páginas que o compunham – 450 – e, para atestar a ciência daquele que classifica de polígrafo olisiponense, novamente o critério quantitativo: a sua bibliografia somaria, à data,

cinquenta títulos. Para avaliarmos do carácter e das intenções «acientíficas» desse tal autor, basta ler o que ele próprio conta nesta obra que pretende crítica: o episódio em que desmente o eminente Prof. Fidelino Figueiredo quando este afiança em carta a Alfredo Pimenta que jamais se lhe referira nos termos ali relatados pelo dito jornalista.

Para contrastar com o inesperado critério do Prof. José Augusto França utilizando um escrito chocarreiro de um autor menor, relembra-se, por exemplo, a carta do Prof. Joaquim de Carvalho (1897-1958) a Alfredo Pimenta escrita em 1934, a quando da 1º edição do compêndio.

Joaquim de Carvalho, formado em Direito e Letras na Universidade de Coimbra, professor efectivo da Faculdade de Letras daquela Universidade; regente da cadeira de História da Filosofia, autor de qualificadíssima bibliografia que não se avalia pelo número de obras, Administrador da Imprensa da Universidade entre 1921 e 1934, onde sua acção foi notável: deve-se-lhe a edição de várias obras inéditas ou esgotadas de autores portugueses tal como se lhe ficou a dever a criação da *Revista da Universidade de Coimbra* que dirigiu.

Foi membro da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto da Universidade de Coimbra e membro honorário de diversas universidades estrangeiras. O seu serviço a Portugal é indelével.

Era republicano, o que permitiu a Alfredo Pimenta, amigavelmente, ironizar sobre o antipodismo político em que se situavam e que não impedia a consideração que se atribuíam. Quando Salazar, sibilinamente, extinguiu a Imprensa da Universidade de Coimbra para neutralizar a influência cultural e política do seu Administrador e Professor de Coimbra, enquanto a Universidade se manteve silenciosa, a voz de Alfredo Pimenta, foi das poucas, que se ouviram, manifestando a sua indignação e solidariedade. (HHP, vol. I, p.269).

A obra de Joaquim de Carvalho, a sua vida, não podem ser colhidas naquela "imprensa infantil" que JAF sentiu necessidade de percorrer para «temperar a carga ideológica que empenhou o futuro do país» (*op. cit.* pg.13). O seu âmbito é outro. É o da seriedade no exercício da cultura.

Dirige-se a Alfredo Pimenta:

«16-XI-934

«Meu querido Amigo

«(...) Posto isto vamos conversar um pouco acerca da sua História: pedagogicamente, tecnicamente, cientificamente.

Pedagogicamente, as matérias estão bem repartidas; em todo o caso, lançarão confusão no espírito dos alunos os Henrique II e Pedro V, sem saberem quem foi Henrique I e Pedro IV.

«Tecnicamente, a grande inovação é a inserção dos passos das fontes. Coisa notabilíssima que creio nunca ter sido praticada entre nós, e que urge transportar para a história literária.

«Cientificamente, discutível.

«Em 1º lugar, o meu amigo fez acima de tudo historia politica. Deixou na sombra a história social, e as instituições. A este propósito creio ser necessário conjugar o seu plano com o que Merêa e D. Peres seguiram no seu livro escolar. Uma nação é um quadro de interesses, ideias e sentimentos; o fecho da abóbada, o regime, o governante, etc. é relativamente secundário na formação do sentimento da comunidade, e o espírito de continuidade, mais profundo que á primeira vista parece, apreende-se melhor mediante a história social e das instituições. Demais, e em 2º lugar, assim como inovou tecnicamente – e oxalá o exemplo continue e frutifique, poderia também inovar, fazendo do Zeitgeist – do espírito do tempo ou do século, o centro donde irradiavam a politica, os interesses, os sentimentos, que definem, periodicamente, a nossa comunidade. Ligou-se muito às dinastias; cumpria ter presente, o ethos e o pathos de cada época. Em 3º lugar, e isto é que é mais grave, sobretudo na Contra-reforma e no Liberalismo, o meu amigo faz dizer de alto, em voz grossa, á Historia. O que se segreda baixissimo em politica de hoje, - e isto, talvez o defeito inerente ao trabalho histórico, faz do seu livro uma apologia e um manifesto, sobretudo no século XIX.

«Não o aplaudo, nem o sigo nestes juízos, e até me parece que, civicamente, é um canhão de 42, aumentando muito a nossa confusão civil. O século XIX, a era da burguesia, que com todos os seus defeitos, trouxe ao País, os benefícios do bem-estar material, e deu-lhes uma forma de inteligência, que eu considero um dos títulos da nossa Gloria, tratado assim, é pelo menos injusto, e cientificamente obra de paixão. O seu livro está, por isso, destinado a ser um livro combatido e combativo; eu lamento isto, mas que ao menos do barulho fique a coisa positiva e excelente que ele tem: a clareza, a ordenação, a associação do juízo de hoje á fonte de sempre.

«Aqui tem o meu juizo – a um tempo pai, cujos filhos estudam em escolas oficiais, e de membro da Republica das Letras.

Grata e afectuosamente Joaquim de Carvalho (Professor da Faculdade de Letras de Coimbra)»

(*MEHPC* pp. 93-95)

A esta carta, Alfredo Pimenta responde em 20 de Novembro desse ano:

«Meu querido Amigo: - Ora bem vinda, a sua carta!

«Pedagogicamente: ao professor compete dizer que tendo eu posto o Conde D. Henrique no lugar de 1º Rei de Portugal, o novo D. Henrique é Henrique II; ao mesmo professor compete explicar porque não inclui o chamado D. Pedro IV no catálogo dos Reis de Portugal, mas que deixei subsistir a designação de D. Pedro V, porque é esse o nome que tem na história, como acontece a papas que têm nome que não corresponde efectivamente à ordem numérica, na série. Também na ordem dos Reis, eu não indico o D. Pedro III — e no entanto ninguém estranhou o D. Pedro IV. Mas pedagogicamente só haverá isto a censurar no meu livro? Já não é mau.

«Cientificamente...

«Em 1º lugar não segui o livro do Merea e do D. Peres — porque segui o programa dos Liceus. Bom ou mau, é o Programa, que respeitei, para não se dizer depois, que o não... respeitava. Uma nação que é? O problema é muito complexo. A nação é obra do Estado, como a nossa? O estado é obra de quem? Do Príncipe, como a nossa? Em todo o caso, a história do Povo é produto essencialmente de quem a conduz. Sentimentos e ideias corporizam-se. A sua vida é portanto ligada essencialmente a quem a corporiza.

O Zeitgeist? Algumas vezes aludi a ele, e até com insistência, quando expliquei os descobrimentos, quando expliquei o pombalismo, quando analisei o Absolutismo, quando expliquei a vassalagem à Santa Sé, no tempo do 1º Afonso.

«Liguei-me às dinastias?! Onde e quando? Só quando enxerto, no texto as Cronologias. De resto não falo nelas, não aludo a elas.

«Cientificamente...

«Digo o que digo em relação à Contra Reforma e ao Liberalismo — e o meu amigo nem me aplaude nem me segue — Conhecendo como conhece as minhas ideias, surpreende-o que não me possa aplaudir nem seguir? Em todo o caso — trata-se de opiniões e as opiniões valem o que valem as opiniões. Omni rationem... etc, como se lê no meu ex libris.

«Amofinar-me-ia que me encontrassem erros, deturpações de factos. Não mos aponta o meu amigo, não mos aponta ninguém. Se só me indicam e formulam discrepâncias de critérios — o meu pobre livro pode ser subjectivamente discutível, mas cientificamente é intocável. Porque os critérios não entram na ciência que só abrange, em História factos. E se o meu processo é digno das palavras que lhe endereça, o seu espírito tão culto — fico satisfeito, porque quanto mais não fosse, tinha aberto o caminho a um processo novo de escrever a história. Adeus. Um grande abraço, muito reconhecido pela sua carta.

Estas cartas deixam entrever, além do conceito de História de Alfredo Pimenta, o tipo de críticas que os *Elementos* suscitaram à época. A sua maior incidência verificou-se no que diz respeito ao seu critério didáctico e à concepção da História que, para Alfredo Pimenta, devia ser a concatenação dos factos sendo que, sua opinião, passam para o âmbito da filosofia ou ideologia qualquer interpretação que se fizesse acerca deles. Ambos aspectos deram origem a uma controvérsia que ilustra, de certa maneira. o estado destas questões naquele período da nossa História. Nesta discussão ou troca de pontos de vista entra também a versão oficial reflectida no *Parecer* da Junta Nacional da Educação (*Diário do Governo*, 2ª série, nº 269, 16 de Novembro de 1936), quando o regime se prepara para alterar o programa do ensino da História no curso dos liceus.

A introdução das fontes da história no texto do compêndio, a transcrição dos documentos e citações em língua original foram geralmente tidas como desadequadas à idade e preparação dos alunos, assim como a referência a problemas académicos relativos à datação de factos e ainda os juízos acerca de instituições e vultos da nossa História, mereceram avaliações ora concordantes, ora discordantes.

Face à controvérsia suscitada, Alfredo Pimenta sentiu necessidade de reafirmar o seu método e o seu modo de pensar a História. Publicou então Os Meos Elementos da História de Portugal e a Crítica (MEHPC). A razão para recorrer a este meio foi a de, «não tendo jornal próprio em que, sem prisão de qualquer natureza, me seja lícito responder desembaraçadamente e no tom em que me apeteça à matilha que há dois meses arremete contra mim, decidi lançar mão do único recurso legítimo que está ao meu dispor: este opúsculo. (...) Mas para não fazer deste opúsculo uma exclusiva funda de defesa, aproveito a ocasião, e amenizo-a com resposta à crítica decente e cortês dos srs. Manuel Múrias, Domingos Maurício e Capitão-Tenente Tancredo de Morais, e engalano-o com as críticas substanciosas que particularmente recebi dalguns dos melhores nomes da inteligência portuguesa (...)». (MEHPC, p. 6 e 7). Transcreve por isso as cartas que recebeu de alguns cultores das ciências, de que aqui se citam só alguns nomes: Padre Leonardo de Castro, o já citado Prof. Joaquim de Carvalho, Prof. Ricardo Jorge, Hipólito Raposo, Armando Cortezão, Padre Paulo Durão SJ, a que se podem juntar os nomes do Prof. Oliveira Salazar, Cardeal D. Manuel Cerejeira, nomes da cultura mas que juntavam ao critério da ciência o político tal como o Prof. Armindo Monteiro, então Ministro das Colónias. As críticas que na classificação de Alfredo Pimenta, demonstravam boa-fé preenchem a 2ª e 3ª partes do seu livro. As outras, as de má-fé, na sua expressão, começam-no: Homem Cristo e o Inominado (o "sábio" para José Augusto França) merecem apenas breve alusão já que fazem parte do «corpo de baile dos meus inimigos politico-literários» (op. cit, p.17), e cujo saber é inconsistente: «Um com a sua lerdice, o sr. Homem Cristo com a sua fúria» não lhe merecem perda de tempo, até porque este último se baralha no que quer corrigir, ele que, ironiza Alfredo Pimenta, na Faculdade de Letras ensinava os seus alunos pela História do Malet (sic, op. cit. p. 18).

Seguem-se aqueles que Alfredo Pimenta arregimenta no jornal católico As Novidades. Este jornal barrara a publicação das respostas que guisera dar a Feliciano Ramos, professor do Liceu em Braga e ao Padre Miguel de Oliveira, jornalista deste periódico. Tal atitude, dever-se-ia, segundo o próprio Alfredo Pimenta à sua tese acerca das relações entre a Igreja e a República portuguesas no seu livro A República Portuguesa em face da Igreja Católica e a política do Centro Católico (Ed. da Acção Realista, Lisboa 1925). A sua argumentação dera origem a uma acesa polémica entre ele e o bispo de Bragança e Miranda, D. José Leite Faria partidário da posição do Centro defendendo a criação de um partido confessional, entrando assim no principio da aceitação da Republica por parte da Igreja, o que para Alfredo Pimenta era impensável, não por ser República, mas por causa da perseguição de que aquela fora vítima a quando da implantação do novo regime. Desde então verificara que passara a persona non grata no jornal: situação explicável certamente pela violência que imprimia às polémicas e a repercussão que as suas opiniões adquiriam junto do público. Mas o Jornal As Novidades, a quando do aparecimento dos Elementos de História de Portugal, dera guarida às críticas de Feliciano Ramos e fizera-se porta-voz do seu redactor Pe. Miguel de Oliveira. Reivindicativo, Alfredo Pimenta usa o seu dever de resposta, recorrendo como acima se refere, a livro próprio, não deixando de acentuar, que nesta iniciativa só o movia a consciência da categoria que o público atribuía àquele jornal e de modo nenhum qualquer respeito por aquelas duas assinaturas (op. cit. p.19).

Quanto às críticas de boa-fé, a que, no seu entender, valia a pena responder, encontram-se as do Padre Jesuíta Domingos Maurício, na *Brotéria*, as de Manuel Múrias, Director do Arquivo Colonial, na *A Voz*, e as de Tancredo de Morais, em *Anais do Club Naval Militar*. O problema da objectividade em História, a inclusão das fontes da História num compêndio para alunos do curso geral dos Liceus, controvérsias de carácter histórico, fontes documentais em vez de bibliografia, são no geral as discordâncias destes autores perante os quais Alfredo Pimenta se justifica.

Dentro dos parâmetros costumeiros dos compêndios para os estudantes do Liceu, no caso da História, a introdução das fontes no texto do compêndio constituía uma novidade assinalável:

«Quando em Março de 1934 me sentei à mesa de trabalho para iniciar a minha obra – já tinha o meu plano de trabalho traçado e o meu método bem definido.

«Ou eu fazia um livro que fosse totalmente diverso, na sua maneira, de todos os existentes, ou não valia a pena faze-lo. Copiar o que estava feito era indigno do meu brio. Transigir com os processos detestáveis de mandriice e preguiça repugnava à minha inteligência». (Como se vê está longe, no seu critério intelectual, do autor da «honesta obra de 2ª mão», em que JAF se baseia). «Escrever um livro que o estudante deitasse fora no fim do seu curso irritava a minha sensibilidade. Organizar

uma obra de mera literatura, mais ou menos retórica, com descrições ligeiras, ofendia a minha sensibilidade (...).» (MEHPC, p.48,49.) E definia a sua concepção da tarefa de estudar, ajuizando a má qualidade dos estudantes de então: «O estudante de hoje não sabe ou sabe mal o que é estudar, trabalhar, investigar, descobrir, resolver.

«É indispensável pôr-lhe diante dos olhos o instrumento de trabalho para que o utilize, ou pelo menos, para que não ignore que outros o utilizem.

Em História o instrumento de trabalho é a fonte histórica. (...)» (op. cit. p. 49).

E Alfredo Pimenta exemplifica com o tratamento que dera à batalha de Ourique: em vez de descrever, com o pitoresco de todas as batalhas, a luta dos sarracenos e dos portugueses, levando os alunos a imaginarem D. Afonso Henriques hercúleo e audaz no árduo combate, contara no corpo do livro o que era lícito contar e em nota de roda-pé, transcrevera os textos indispensáveis para o conhecimento do facto. «O estudante banal ou cábula, nem os lê, mas o estudante curioso, ávido de saber, mergulha neles, analisa-os, e rasga horizontes na sua cultura. Mais tarde, voltará ao livro; este servir-lhe-á ainda de estímulo, e levá-lo-á talvez a consultar os cronicões, a vê-los, a conhecê-los.

«O professor criterioso será o primeiro a valorizar o meu esforço, servindo-se do material que lhe forneço para despertar a curiosidade dos alunos, para dar talvez, quem sabe, nascimento a aptidões de historiador. (...)». (op. cit. pg.50).

À crítica acerca da inserção dos textos documentais e ao facto de os transcrever assim como a citações em latim e português medievais e no idioma francês e inglês responde com a coerência da sua concepção da História e da Pedagogia: «Os textos – devia dá-los traduzidos? Não. É preciso dar ao estudante esta verdade inalterável: só os textos no original contam; nunca devemos servirmo-nos de uma tradução, pelo receio de que ela diga não o que está no original, mas no traduto; só faz autoridade o original. E acompanhar o original da tradução? Também não. É preciso ensinar ao estudante outra verdade: só se aprende bem o que custa aprender. Para as dificuldades insuperáveis lá está o Professor». (ib. p. 50).

Curiosamente a terminologia que usa para os discentes é maioritariamente "estudante" e poucas vezes «alunos», parecendo querer estabelecer a distinção entre o carácter de fazer desabrochar que o primeiro termo envolve e o conduzir que o segundo termo sugere, no binómio *ex-ducere* e *in-ducere*.

Não esquece a realidade: «Demais eu sei que a preparação dos estudantes é deficiente. E que será cada vez maior se nos não opomos ao mal. E, pergunta:

«Devemos sujeitar o ensino da História pátria à má preparação dos estudantes, agravando-a, legitimando-a, tornando-a crónica, ou devemos preparar os estudantes para uma determinada forma de se lhe ensinar a História pátria? (...)» (op. cit, p.52).

Não se pode dizer que as suas ideias relativas a estes assuntos fossem suaves, a favor do facilitismo. E na sua pedagogia, Alfredo Pimenta dá grande relevo ao esforço que o estudo implica e às características intelectuais dos estudantes.

Alfredo Pimenta orientou o seu livro e toda a sua obra de História na senda dos germânicos Leopold Ranke e Mommsen que, na reacção aos excessos do Romantismo, haviam preconizado a subordinação da investigação dos factos à sua confirmação pelas fontes documentais. Também sob a influência do comtismo pusera a questão da cientificidade da História. «É a História ciência? Existe uma ciência da História?» Não lhe encontrando as características de objectividade, explicação ou previsibilidade que então se atribuíam ao saber científico, vai pondo de parte a pertinência deste problema até pelos contributos que Heisenberg, Meyerson, Juvet, Poincaré e outros iam introduzindo no conceito de ciência (o principio da indeterminação, a distinção entre o real científico e o real antropomórfico do senso comum, as deformações que os instrumentos de observação provocam na realidade observada, etc.). Conclui então que «a História só é científica até à altura em que enumera, enumera à maneira dos Cronicões medievais, os factos. Desde os seus primeiros passos, na procura e colheita dos documentos feitos dentro das regras impessoais da crítica objectiva até à fixação do facto, sim a História é científica. Na seriação ou concatenação dos factos, se não há nela qualquer sombra de preocupação teleológica que pode facilmente desvirtuá-la, ainda esse caracter científico se pode manter. Mas logo que a História entra no campo da síntese síntese de reconstituição e síntese explicativa, estamos no domínio do Subjectivo, do Pessoal, do Eu, quero dizer do acientífico.» (NEFC, p. 74).

Cita Gilson, que afirmara: «simple collection de faits, l'histoire ne tranche jamais aucune question de droit, car la decision appartient toujours aux idées» (NEFC, p.74). Considerando que «a História é um conjunto de factos averiguados mediante fontes positivas», defende que «a História mesmo para os estudantes não é um conjunto de exercícios estilísticos. Mesmo para os estudantes, ela não pode deixar de ser, nos seus processos e na sua maneira de se exteriorizar, cientifica. As fórmulas são tão essenciais à Álgebra ou à Mecânica, como os textos e as fontes são essenciais à História. Os textos e as fontes são para a História, o que os símbolos e as fórmulas são para a matemática ou para as ciência físico-químicas: a sua linguagem específica, privativa. (...)» (MEHPC, p.54). Mas não se esquece de analisar o problema das fontes em História quanto à possibilidade da sua objectividade: «É claro que nem mesmo a História que se funda exclusivamente na análise directa dos Textos ou Documentos, nem mesmo essa pode ter a pretensão de possuir objectividade científica, porque os Documentos quando são meros diplomas oficiais, constatações jurídicas de factos,

etc., já são obra de subjectividade que entra na sua apreciação, mesmo directa. Mas essa História é mais limpa de impurezas, e essa é, portanto a única que pode importar ou seduzir os espíritos científicos.» (*NEFC*, p. 25).

Passados largos anos, em 1979, quando no país se voltava a pôr a questão do ensino da História, de notar a evocação de probo Henrique Barrilaro Ruas sobre a sua aprendizagem:

«Eu ainda estudei por um compêndio que ensinava às crianças: "Os Jesuítas e a Inquisição embruteceram o nosso povo. Nós que até aí tínhamos marchado à frente da civilização" (...) Foi só alguns anos mais tarde (34-35) que começou o curto reinado de Alfredo Pimenta com o seu livro único de história de Portugal.

«Reabro agora os Elementos de História de Portugal, 2ª edição, 1935 — aquela por onde estudei. E reconheço antes de mais que devo a essa obra didática do grande escritor e furioso polemista a minha iniciação ao método histórico. A constante citação das fontes (na maior parte das vezes, dentro do próprio texto, e não em nota); o problema directamente formulado, a dúvida certeira, a resposta lealmente cautelosa — nada disso se encontra em nenhum outro compêndio de história alguma vez posto à disposição de adolescentes. Embora constituísse um erro grave o princípio do livro único (...) muito mais grave seria a situação se ao livro único tivesse faltado à seriedade metodológica.

Ainda hoje, esses discutidos Elementos são material válido de trabalho. (...)» (DN, 9/1/1979, "Antes e depois do 25 de Abril").

Como os *Elementos*, fossem também suscitadores de discussão académica, vários historiadores de nomeada enunciaram os seus pontos de vista acerca de determinadas fontes, textos documentais e conceitos, levando Alfredo Pimenta a apresentar as suas razões, tornando estas críticas, quando sérias, em debate. O que era para ser um mero compêndio para uso dos Liceus entrou no campo da discussão científica. Alfredo Pimenta era grande defensor da erudição, porque sem ela não havia História e esta era, em primeiro lugar, averiguação do facto histórico e pesquisa de todos os documentos que o pudessem informar sem qualquer ocultação. *(TLEFC*, p. 67).

A erudição era encarada como uma soma, cujas parcelas, se não correspondessem à realidade, ficaria imperfeita, por isso a História não alcançava o carácter do definitivo, do acabado pois nela nunca se chega a conclusões definitivas. Citava Fustel de Coulanges, que defendia que na investigação documental, havia sempre que desconfiar, verificar, testar. E aplaudia-o quando dizia que havia duas espécies de eruditos — os que pensam que já tudo está dito e, não encontrando documentos novos, seguem tranquilamente a última palavra, e os que duvidam dos mais belos

trabalhos de erudição e que, dificilmente convencidos, instintivamente crêem que há sempre mais alguma coisa a procurar (*NEFC*, p. 24).

Por isso salienta, aplaudindo, o espanto de Fustel de Coulanges perante a credulidade de alguns cientistas e eruditos que não praticavam o cepticismo sistemático ou a obrigação da constante análise e verificação dos documentos. Na sua teoria acerca da investigação documental defendia a primazia da consulta directa dos documentos sobre as informações que deles derivassem, fossem os seus autores os mais abalizados. Exemplifica com o seu processo de identificação de D. Afonso Henriques: «(...) eu podia ter copiado Herculano ou Oliveira Martins (...) mas era indigno do nome de historiador. Então limitei-me a transcrever os depoimentos autorizados da *Chronica Gottorum* e de Lucas de Tuy. E assim o estudante fica a conhecer, não a minha opinião que nunca lhe poderá interessar, não as opiniões de Herculano ou Oliveira Martins que historicamente nenhum interesse têm, mas o depoimento dos coevos.» (*MEHPC*, pp.50,51).

«(...) Para se evitar a aridez e a monotonia adoptou-se o processo da concatenação dos factos. Mas é indispensável trazê-la ausente de todo o lirismo ou embelezamento, para que não se caia na sugestão ou sedução incompatíveis com a ciência. (...)». (*IMPS*. p. XIV)

Porém considera que a História também envolve interpretações: «As interpretações, estas variam segundo o intérprete — a sua mentalidade, a sua cultura, a sua posição social, a sua idade. Não há uma interpretação *ne varietur*, transcendente ao nosso espírito. Quer dizer, não há uma verdade modelo. No campo das interpretações dos fenómenos sociais, todas as verdades são legítimas, todas as conclusões são possíveis. (...)» (*MEHPC*, p.77). Deste modo afirma em relação aos seus *Elementos*: «Não fosse a hora que o país então atravessava de liberalismo anti-católico e antiportuguês, teria feito uma história exclusivamente científica que seria uma apresentação dos factos e das suas fontes sem qualquer espécie de nevoeiro filosófico a informá-los (...)» — No entanto eles contêm «uma forte dose de filosofia da História, a minha verdade, a minha doutrina. É a sua parte frágil, porque é a sua parte discutível, a sua parte acessível aos dentes das matilhas. Tive que a elaborar para a opor às minhas não verdades que considero prejudiciais ao meu país». (Maria Teresa Viegas Pimenta, "Alfredo Pimenta e o seu contributo para a História — Achegas para a sua Bibliografia", *BTH*, vol. XXXIII, p. 305)

O já citado Barrilaro Ruas na sua evocação escreve: «Da quase impecável pureza do seu método Alfredo Pimenta trazia para a didáctica da História a sua interpretação dos factos» E cita-o: «Tenho a minha verdade; tenho a minha conclusão. Ninguém pode esperar de mim o sacrifício ingénuo de substituir, neste livro, a minha verdade pela minha não verdade, ou pela verdade dos outros. Porque este livro é meu, ele traduz, como interpretação dos factos históricos, a ideologia que informa o meu

espírito, que este aceita, e na qual se integrou. Se é a minha verdade ou a dos outros, a que se adapta ao interesse nacional, e o serve, isso só o futuro distante poderá dizê-lo (...)». E continua a sua apreciação: «Poucos anos mais tarde, Alfredo Pimenta diria no prefácio aos seus *Subsídios para a História de Portugal* que ao escrever os *Elementos* não fizera obra de história, mas de político. Esta inteira franqueza — nunca mais a encontrei. Nem seria cómodo para a didáctica oficial do Estado Novo manter ao serviço das suas escolas uma tal confissão e defesa do Relativismo. Por isso, e também pelas queixas dos professores medíocres e dos estudantes cansados, que não aguentavam as páginas densas dos *Elementos*, a experiência acabou cedo. E nada de semelhante se tornou a fazer. (...)». (*Ib.*, *ib.*)

Com efeito, no *Ano X da Revolução*, ou seja, em 1936 projectava-se a alteração do programa de História para o Ensino dos Liceus. Deste modo a Junta Nacional da Educação, a 25 de Setembro de 1936, cumprindo o que era estatuído pela Lei, aprecia o mérito e o demérito do livro anteriormente escolhido para ser superiormente aprovado ou desaprovado e depois de considerar que o livro fora elaborado em perfeita obediência ao programa vigente ao tempo da sua feitura, admite que em face das alterações que se projectavam para o novo ano lectivo, e com as correcções que ali se propunham, continuasse a vigorar nesse ano, dada a impossibilidade de se obter a tempo um compêndio que correspondesse aos novos programas, já que em grande parte satisfazia as exigências que então se propunham.

Este Parecer reflecte, como não podia deixar de ser o pensamento oficial e a posição cuidadosa frente às polémicas razões defendidas por Alfredo Pimenta: «(...) esta secção deve manifestar-se sobre o mérito científico do trabalho apresentado, visto tratar-se de uma obra que, já pela consagração do nome do seu autor, já pelas inovações que apresenta no doutrinário, suscitou apaixonadas críticas». Salienta tratar-se «de trabalho sério e paciente revelador de invulgares qualidades de investigação – produto de uma erudição profunda e proba, de uma inteligência firme e intensa fé nacionalista. Não julga esta secção que, de boa fé, possam negar-se estas virtudes ao trabalho do autor. E se é certo que este aspecto não é suficiente para recomendar pedagogicamente um livro, não o é menos que é digno de ponderação (...)» (Diário do Governo, II série, nº 269, 16 de Nov.º 1936, p. 527). Assim a novidade de levar ao conhecimento do aluno as fontes históricas e os textos documentais nas suas versões e idiomas originais deve ser acautelada, remetendo-a para notas no fim do compêndio; algum empolamento de opinião acerca de vultos e fatos da nossa história que podem originar generalizações e conclusões desadequadas quanto à sua realidade ou mesmo oportunidade deve ser corrigido; também o critério defendido pelo autor da importância relativa dos estudantes de capacidades medianas face aos de capacidades superiores para quem o compêndio é composto é, de certa maneira, contrariado pelo relator. Alfredo Pimenta escrevera a este respeito: «À primeira vista, poderá parecer que este livro é excessivamente pesado para estudantes do Liceu. (...) Os estudantes não são todos iguais. Oferecem-nos uma escala que vai dos melhores

aos piores: dos mais inteligentes e dos mais ousados, até aos mais obtusos e mais lentos. Entendo que os livros devem ser feitos para os primeiros e não para os outros. Estes limitar-se-ão ao que podem, guiados pelos professores; aqueles aproveitarão tudo o que se lhes oferecer, e com isto a cultura portuguesa só terá a lucrar. Não devemos sacrificar as inteligências superiores às mediocridades inertes.

«De resto, ao Professor cabe separar o que é para seu uso exclusivo do que é essencial para o estudante. Isto não impede o estudante arguto e ansioso de saber, de aproveitar o que singelamente se lhe dá (...)» (EHP, pp. VIII-X).

O Relator considera que esta ideia não pode deixar de ser objecto de várias reflexões (sic): «É certo que não deve, na feitura de um livro escolar, pensar-se apenas nos alunos mais fracos, pois semelhante atitude teria por efeito fazer baixar o escol ao nível da turba — sistema deplorável que é uma das características da ideologia democrática. É louvável que um autor didáctico tenha presente a necessidade de se tornar possível aos alunos bem dotados o pleno desenvolvimento da sua inteligência e uma cabal satisfação da sua curiosidade mental. Mas não é menos certo que esse autor deve ter sempre em vista que não se dirige apenas aos bons alunos, mas também a um avultado número de outros, menos brilhantes, menos aplicados, menos curiosos. É com o pensamento destes que deve procurar o máximo de clareza na sua exposição e uma disposição do texto que torne fácil e cómodo o estudo de qualquer dos assuntos versados (...)».

A apreciação do Relator acerca desta posição deixa-nos entrever o teor da relação entre a lógica da razão do intelectual e a lógica da razão política de um regime e leva-nos para a aguda questão que ainda hoje se põe quanto á integração no grau escolar dos vários tipos de alunos e que as pedagogias procuram resolver no desejo generalizado de salvar as imensas gerações de jovens, os seus direitos e os seus deveres.

Continuando na leitura do Parecer, vemos ainda a focagem em alguns lapsos que não sendo erros científicos são apontados como de correcção fácil, o aplauso da linguagem textual que desperta a atenção e o entusiasmo do aluno, contrariamente, aliás, ao que sucedia na generalidade dos compêndios e provocava o desinteresse e o aborrecimento com que eram utilizados. Também se conclui pela coerência da ideologia do livro com o Estado Novo. O Parecer preconiza ainda a lista dos documentos que deverão ser referidos em apêndice e enuncia os relatos e comentários considerados excessivamente minuciosos e desadequados. Não esquece a introdução das gravuras, louva a selecção criteriosa, a impressão e a legendagem, aconselhando que se aumente o seu número.

Ultrapassando o estrito caso dos *Elementos*, que no livro de JAF afectam indignamente o nome de Alfredo Pimenta, é legítimo e conveniente, em nome da

informação justa, lembrar simples e sucintamente, como este compêndio é ainda hoje julgado, tal como a obra histórica de Alfredo Pimenta, quando a sua apreciação é feita criteriosamente liberta de partidarismos e tão só em função do rigor científico, porque o merece quem como ele escreveu que a sua obra pode ter aqueles defeitos que são inerentes à obra, mas ninguém os pode atribuir a descuido, desmazelo ou falta de escrúpulos do Autor (sic, EHP, p. VIII).

No estudo recente e pioneiro *A História da História em Portugal,* os seus autores (Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga), propõem-se, na Primeira Parte, o estudo praticamente nunca feito, da História da História, da análise diacrónica da historiografia, «a história escrita pelo historiador, com preocupações essencialmente científicas (ou de saber rigoroso, para quem entenda que a história não é uma ciência).» O seu objectivo será, entre outros, mas principalmente, «mostrar que o universo da historiografia tem uma ligação com as condições históricas do tempo que passa», concretizando que «a história é filha do seu tempo».

Na Segunda Parte analisam as múltiplas acepções da História: «a história dos historiadores com os seus múltiplos problemas e os seus percursos de desenvolvimento, nas diversas áreas da especialidade; o ensino e a divulgação da história, a história dos pedagogos e dos programas de ensino que o Estado vai construindo, a história divulgada através das mais variadas formas de expressão numa dimensão em que a arte, a ideologia, a memória se cruzam; e a memória que se vai construindo natural e artificialmente, que acompanha e influencia o trabalho do historiador, que também ajuda a fabricar e que influi no pedagogo, o qual como o divulgador de toda a ordem, é também o exemplo maior da sua construção e também da sua desconstrução.» (vol. I, pp. 19, 20,).

Nesta panorâmica, o lugar objectivo que dão a Alfredo Pimenta: «(...) A sua obra historiográfica é, pois, sem pretendermos exagerar o seu valor, uma obra de referência. Não só os citados *Elementos de História de Portugal* mas outros escritos de que se podem talvez destacar estudos sobra a Idade Média, (Idade Média, Problemas e Soluções, (1946).» (op. cit. vol. I, p. 282). Colocam-no dentro do movimento revisionista da História constituído pelos Integralistas quando se propunham limpar a História do Liberalismo individual, do Internacionalismo do Homem abstracto, tendência, aliás, já desenhada no contexto da 1ª República. Nesta altura já se sentira a urgência da historiografia nacionalista preconizada nas duas Revistas A Águia e A Nação Portuguesa. Na primeira, com Jaime Cortezão a defender o reencontro da Alma da Raça com o estudo das biografias dos grandes vultos da História de Portugal e o papel do Povo na História. Na segunda, António Sardinha, João Ameal, Caetano Beirão e Rodrigues Cavalheiro valorizavam conjuntamente "Nação" e "Tradição". (HHP, vol. I. p.24).

A circunstância pessoal de Alfredo Pimenta — a conturbada época da queda da Monarquia, a implantação e queda da 1ª República, a ditadura Militar de 1928-1933, a construção do Estado Novo, e a antevisão que tinha do seu previsível desmoronamento — explicam a orientação da sua obra, em termos gerais, a partir de 1911, e que os seus estudos históricos demonstram. «Ninguém pode dizer que me fiz historiador para servir a minha política. Mas digo que foi o conhecimento da História que me firmou nas minhas convicções políticas» (*IMPS*, p. VIII).

Reis Torgal acrescenta o nome de Alfredo Pimenta a este grupo dos Integralistas, mas num lugar à parte por dois motivos: por ser com certeza o mais significativo destes intelectuais na pesquisa histórica e pela independência crítica que foi seu timbre porque enquanto aqueles «puseram a sua pena ao serviço do salazarismo sem jamais pensarem — pelo menos alguns — que estavam a contribuir para a destruição do seu ideal monárquico, que nunca repeliram» (...) Alfredo Pimenta apesar «de ter colaborado em certos aspectos com o Estado Novo e com as suas instituições de cultura, constituiu uma espécie d'enfant terrible quer pela sua digressão política não inédita entre os integralistas — (veja-se o caso de António Sardinha), dado que Pimenta provinha da ala anarquista e republicana, quer mesmo pelo seu posicionamento crítico em relação ao regime (...)» (HHP, vol. I, pp. 276,277).

Também o destaca deste grupo pelo seu labor de arquivista e o seu nome é colocado entre os dos arquivistas bibliotecários António Baião, Laranjo Coelho e Jordão de Freitas, considerados de grande relevo nesta área. (*Ib.* p. 286.)

E o lugar de Alfredo Pimenta na historiografia portuguesa, ao contrário do que JAF pretende negar com uma leviandade de estranhar, desta vez é apontado por João Amado Mendes, que ao tratar de estudar o "Sentido dado à História de Portugal" nesta fase da 1ª metade do século XX, emparceira-o com Gama Barros, Costa Lobo, Luís Gonzaga de Azevedo e Virgínia Rau. Também quando caracteriza o "império da história política" na historiografia portuguesa na 1ª metade do século XX que não interrompia a tendência verificada desde meados do século de oitocentos, lá está o nome de Alfredo Pimenta entre Rebelo da Silva, Gama Barros, Fortunato de Almeida, Damião Peres, Paulo Merêa e Torquato Sousa Soares. (*Ib.*, Vol. II, p. 39). No capítulo "História, Divulgação e Ficção", Reis Torgal, considera que mesmo nas obras escolares como os *Elementos de História de Portugal*, Alfredo Pimenta «teve sempre menos uma pretensão de divulgação do que propriamente construção científica», (*ib.*, vol. II, p. 162) o que demonstra o teor do seu trabalho.

Por sua vez, José Mattoso, historiador, académico, professor catedrático, autor de bibliografia inovadora e científica, homem de bem, conhecido pelas suas preocupações de justiça e dignidade não deixou nunca de se demarcar da ideologia do autor dos *Elementos de História de Portugal*. Nas palavras proferidas ao receber o prémio de História Alfredo Pimenta instituído em 1982 pelo filho do escritor, Alfredo

Manuel Pimenta e quando assinou o Prefácio do Catálogo do Fundo Alfredo Pimenta, que integra a Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, não deixou de vincar com toda a clareza as suas discordâncias. No entanto, depois de uma confissão exemplar acerca da dívida que tem para com todos os investigadores cujos estudos de milhares de textos e documentos lhe permitiram elaborar os seus próprios, escreve: «é da acumulação do seu saber, da sua paciência e da sua erudição que a minha obra nasce como fruto maduro. Mesmo quando ponho em causa as suas teses e ideias dos meus antecessores, o seu esforco lá está, a desbravar caminhos, a sugerir pistas, a propor novas formas de coordenar a matéria histórica. (...) Entre aqueles medievalistas que me precederam é de justiça lembrar o nome de Alfredo Pimenta. Não tanto, quero sublinhá-lo por o prémio ter o seu nome e haver sido instituído em sua memória, mas porque o seu trabalho, sem ser dos mais extensos ou dos mais unitários, pode justamente servir como referência emblemática da investigação minuciosa, erudita, paciente, incansável, e sobretudo de uma exemplar capacidade crítica, cujo rigor ou mesmo cuja violência implacável ficaram para sempre na historiografia portuguesa. Ele representa também essa contribuição parcial, mas indispensável, para a grande corrente da ciência medieval portuguesa (...). E todavia, aquilo que mais admiro em Alfredo Pimenta, e queria aqui acentuar, por me parecer ainda mais raro, como qualidade excepcional, em homem de ciência, é a paixão que imprimiu ao seu esforço científico. (...) Realmente, para ele a escrita da História não era mero exercício cerebral ou uma espécie de jogo estéril, mas a transposição em palavras da intensidade do seu viver, com todos os seus riscos e compromissos. (...)». (Palavras proferidas na sessão solene de recepção do Prémio de História Alfredo Pimenta, F.C.G., 22 de Julho de 1985).

Na já extensa obra de José Mattoso transparece a sua capacidade de ajuizar cientifica e humanamente as realidades sociais e humanas que mais uma vez caracterizam o excerto do trecho aqui transcrito. Vão ao encontro das opiniões daqueles que conheceram Alfredo Pimenta pessoalmente ou tiveram conhecimento dos seus estudos ainda em sua vida. Por isso, não é demais referir algumas evocações que na altura da sua morte o homenagearam, quaisquer que fossem os credos ideológicos dos seus autores.

O Padre Domingos Maurício, S.J., um dos mais atentos e intransigentes críticos aos seus *Elementos de História de Portugal*, escreveu em Dezembro de 1950:

«A cultura nacional, com a morte de Alfredo Pimenta, sofreu um rude golpe. Desde os *Elementos de História de Portugal* à edição do *Fuero Real de Afonso X, o Sábio* afirmou-se um dos nossos investigadores contemporâneos de mais exigente espírito crítico. A sua obra de rectificação foi verdadeiramente insigne. Num tempo em que as ideias feitas e a transigência com preconceitos inveterados eram quase gerais; em que o culto da autoridade, apesar de todas as afirmações liberais e livre-pensadoras, continuava a pesar, com estigmas bolorentos, não só sobre a opinião pública, mas

sobre os privilegiados e responsáveis da cultura, ele ergueu-se destemidamente, a pugnar pelos direitos da verdade histórica e pela dignidade do espírito humano a quem ela é devida. A sua linguagem contundente era por vezes excessiva; nunca todavia, desamparada dos elementos objectivantes que Alfredo Pimenta tinha ao seu dispor. Podia enganar-se na interpretação; a sua sinceridade no ajuizar dos indivíduos e no apuro dos factos, não podia ser posta em causa. (...) Se mais cedo tivesse podido confinar-se à sua biblioteca histórica e à Torre do Tombo, rodeando-se de um grupo de colaboradores de boa vontade, apostados a renovar, não apenas em pormenor, porém em conjunto, a historiografia nacional, acaso houvesse criado uma escola de historiadores com continuidade sistemática e em moldes verdadeiramente modernos. Fica-nos, ao menos, o exemplo de uma produção fecunda, embora dispersa ou fragmentária, que estimula a nossa actividade científica, a bem da reconstituição fiel e da interpretação genuína (...)» (BTH, vol. XIII, nºs 1-2, Guimarães, 1951, p.16-17).

Georges Le Gentil (1875-1953) Professor na Sorbonne, uma das grandes figuras dos estudos portugueses em França: «Ceux qui n'ont pas eu la chance de vivre dans son intimité intellectuelle ont du moins aprecié la haute valeur d'une oeuvre qui se distingue à la fois par la variété de ses aspects multiples et par sa profondeur. Des qualités qui chez d'autres sembleraient incompatibles ou contradictoires ont coexisté dans son esprit supérieurement organisé, largement compréhensif. Archiviste de vocation, il avait les scrupules de l'érudit, toute l'attention concentrée sur le détail, avec le don plus rare de l'intuition qui découvre, d'instinct, le document révélateur (...) Comme critique, il avait lu tous les textes, comme philosophe, il s'était assimilé tous les systèmes. Nous étions frappés au point de vue français, de la sûreté, de l'originalité de son information qui, dépassant les ouvrages de seconde main, remontait jusqu'aux sources. (...)» (ib.pg. 19) (o sublinhado é de quem cita o trecho).

O Prof. Luís Cabral de Moncada preferiu destacar o carácter e a forte personalidade de Alfredo Pimenta, que subjaz a toda a sua obra e por isso se inclui entre outras que se poderiam evocar nesta contra-prova à prova usada pelo Senhor Doutor José Augusto França ao analisar o ano X do consulado de Salazar:

«Os homens de uma certa craveira intelectual não podem facilmente ser julgados com rigorosa justiça logo após a sua morte. Todo o juízo a seu respeito, mormente se à sua volta se desencadearam paixões, carece de perspectiva; uma perspectiva que só o tempo pode dar. Nisso vai já, se não o seu elogio, pelo menos o reconhecimento de uma sua superior qualidade: o fugirem à vulgaridade.

«Suponho passar-se isto com Alfredo Pimenta, um dos homens na sua actividade literária e política mais discutidos, admirados e execrados, nos últimos quarenta anos em Portugal.

«Dada a enorme multiplicidade dos campos em que essa actividade se exerceu, desde a poesia, através da crítica literária, da conferência e do jornalismo, até à erudição historiográfica, à crítica filosófica e ao doutrinarismo político, não tenho eu, evidentemente qualidade para, desconhecendo o valor da sentença que acima exprimo, emitir aqui uma opinião responsável sobre todos os aspectos dessa mesma actividade e tentar forçar o juízo da história. Certamente perante uma tão rica e multiforme personalidade, como a de um *Proteu* da inteligência, o nosso juízo terá por força ser de muito desigual, e o da história também.

«Mas o que pode ser dito desde já, em homenagem à memória de Alfredo Pimenta, é que ele reflectiu, num eminente grau e numa superior forma de autenticidade da sua existência, embora por vezes de um modo desconcertante e incompreensível aos olhos dos espíritos vulgares, toda a gama de contradições e paradoxos, de anseios ideais, de lutas e ilusões, de imprecações e de esperanças, que constituiu o *clima* espiritual da sua época e da sua geração. (...) E há ainda outro facto ou traço da sua personalidade, em grande parte derivado do que acabo de dizer, a respeito do qual, sem prejuízo de quaisquer legítimas reservas sobre a obra, pode também desde já recair um juízo definitivo. Este refere-se exclusivamente ao homem. E um tal traço, marcando nele o mais elevado timbre de significação moral que pode haver para um intelectual, é e será sempre para ele o mais honroso de todos, perante o qual os seus inimigos terão de baixar bandeiras: - a perfeita sinceridade, e sinceridade indomável, das suas convicções; o desinteresse das suas conversões politicas e religiosas; a rudez de muitos dos seus nobres inconformismos.

«Alfredo Pimenta foi neste aspecto um espírito modelar, honra de uma geração e de uma época. Os seus erros, e injustiças, a impulsividade muitas vezes infantil do seu temperamento e da sua vaidade de intelectual, apagam-se perante a grandeza do desassombro do seu carácter.

«Numa época como aquela em que vivemos tão forte e desgraçadamente caracterizada pelo predomínio das *massas*, inclusive, ai de nós!, nos domínios do espírito e da inteligência em que a covardia, o conformismo e o pensar só pela cabeça dos outros se converteram no jeito da grande maioria dos nossos intelectuais em todos os campos, homens como Alfredo Pimenta farão sempre falta.

«Não serão jamais os seus erros, irreverências ou diabruras que hão-de pesar mais na balança para os fazer condenar sem remissão perante a história; será antes a bela e aristocrática flor de lis da sua independência de espírito de lutadores de ideias, sem vil interesse, que mais pesará, sem dúvida, para aí os fazer absolver e glorificar.

É nestes termos, por isso, que sempre prestarei à memória de Alfredo Pimenta, o preito da minha mais sincera e consciente homenagem. (...)». (*ib.* pp. 33-35).

Parece que o Saber não corrige afinal a relativa indiferença a respeito da Verdade, assim se expressava Julián Marías, em artigo de um diário espanhol quarenta anos depois deste escrito de Cabral Moncada, o douto jurista humanista da Universidade de Coimbra:

« (...) Lo primero que hay que decir de la relación del hombre actual con la verdad es que es "escasa" - adjetivo que sorprende apenas escrito. No se tiene demasiado en cuenta, hay débil sensibilidad para ella, su ausencia no angustia, ni apenas perturba o inquieta. Hay una difusa indiferencia, un extraño olvido de lo que en principio parecería ser una condición primordial. (...) Desde que se ha visto que el presente, y todavía más el porvenir, dependen de la posesión del pasado, de su instalación en el, de la posibilidad de proyectar desde el suelo firme de la verdad o desde la fantasmagoría inventada, la destrucción de la verdad histórica se ha convertido en el gran imperativo. (...)». (ABC, «Espiritos Veraces», 22/11/1999).

Para provar a inesperada sem razão ética e científica do Prof. Doutor José Augusto França nesta parcialidade de usar como absoluto um escrito que conspurca o nome de alguém e não acrescenta valor àquilo que quer provar na sua apreciação de *O Ano X*, utilizaram-se ao longo destas linhas, citações e transcrições de nomes autorizados com obra feita na cultura portuguesa e não necessariamente do mesmo credo politico do Autor ou do Estado Novo.

Pela preferência estética dos seus escritos esperar-se-ia outro comportamento, outro critério por parte do autor dos *Anos Vinte*.

Ao acto e hábito da recta eleição deram os latinos o nome de *eligentia* e mais tarde, também *elegantia*. Poderá ter sido ainda a origem da palavra *int-eligentia* segundo Ortega y Gasset. O acto e hábito de eleger constitui a suprema elegância do homem que nem faz nem diz qualquer coisa, mas sim o que é devido.

SIGLAS DAS OBRAS REFERENCIADAS:

De ALFREDO PIMENTA:

- EHP Elementos de História de Portugal, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934.
- MEHPC Os Meos 'Elementos de História de Portugal' e a Crítica, Ed. do Autor, Lisboa, 1935.
- NEFC Novos Estudos Filosóficos e Críticos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1935.
- MP Mestres do Pensamento, Braga, 1941.
- IMPS Idade Média, Problemas & Soluções, Ed. Ultramar, Lisboa, 1946.
- TLEFC Terceiro Livro de Estudos Filosóficos e Críticos, Ed. Livraria Cruz, Braga, 1958.

BTH - BOLETIM DE TRABALHOS HISTÓRICOS

HHP - LUÍS REIS TORGAL, JOSÉ AMADO MENDES, FERNANDO CATROGA, A História da História em Portugal, (Secs. XIX e XX), Lisboa, Temas e Debates, 1998.

AMAP - Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães.

Maria Teresa Pimenta

Lisboa, Março de 2011

Publicado em Maio de 2011 por SINAPIS EDITORES, Óbidos.

ISBN: 978-989-691-064-8 Depósito Legal: 328604/111

© Herdeiros de Maria Teresa Pimenta

¹ Maria do Rosário Azenha e Olga de Freitas da Cunha Ferreira, "Cartas de Alfredo Pimenta a Joaquim de Carvalho", *Revista de História das Ideias*, pp. 937-1016, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1987.